

Coordenadores:

Alexandre Santos de Aragão
Gustavo Binenbojm

DIREITO ADMINISTRATIVO comparado

Alexandre Santos de Aragão
André Tosta
Caio César Alves Ferreira Ramos
Daniel Bento
Felipe Salathé
Gustavo Binenbojm
Hellen Ferreira Divan
Isabella Tanuy Gonçalves
Lucas Martins Magalhães da Rocha
Marcella Simões Penello Meirelles
Paulo André Espírito Santo
Rafael Arruda Oliveira
Renato Toledo Cabral Júnior
Sophia Guimarães
Youssef Yunes Borges Pires

2024



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
Contato: www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento

Copyright: Edições Juspodivm

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

D598 Direito Administrativo Comparado / coordenação de Alexandre Santos de Aragão e
Gustavo Binenbojm – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

592 p.

Vários autores

ISBN: 978-85-442-5306-9

1. Direito Administrativo. I. Aragão, Alexandre Santos de. II. Binenbojm, Gustavo. III.
Título.

CDD 341.3

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

I

INTRODUÇÃO AO DIREITO COMPARADO E AO SEU RAMO ADMINISTRATIVISTA 17

Gianna Lima

Introdução	17
1. O percurso histórico do Direito Comparado: de instrumento de comércio até seu desenvolvimento como ciência	19
1.1 Os primórdios da comparação jurídica	19
1.2 A origem do direito comparado moderno	20
1.3 A consolidação científica do direito comparado	22
2. Qual Direito Comparado? As muitas comparações possíveis	23
2.1 As muitas comparações possíveis	23
2.2 Os diferentes propósitos analíticos	25
3. Os grandes sistemas: a divisão entre <i>civil law</i> e <i>common law</i> ainda é útil? ...	27
3.1 As origens das ideias de famílias jurídicas	28
3.2 As principais famílias jurídicas	30
3.3 Desafios e críticas à classificação	32
4. O Direito Administrativo Comparado	33
4.1 Formas de encarar diferenças entre direitos administrativos	34
4.2 A proposta de Eduardo Jordão	35
4.3 Os desafios do Direito Administrativo Comparado	36
4.4 As condições para o Direito Administrativo Comparado	42
5. Conclusão	42
6. Bibliografia	43

II**DIREITO ADMINISTRATIVO COMPARADO – UM PANORAMA GERAL.... 45***Alexandre Santos de Aragão*

Introdução.....	45
1. França.....	46
2. Alemanha.....	53
3. Itália.....	54
4. Espanha.....	57
5. Portugal.....	61
6. Argentina.....	64
7. Inglaterra.....	67
8. Estados Unidos.....	70
9. Conclusões.....	77
10. Bibliografia.....	78

III**DOIS MODELOS EPISTÊMICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL NO DIREITO COMPARADO 81***André Tosta*

1. Introdução.....	82
2. Direito como conhecimento e diferentes concepções da relação entre Direito Administrativo e Poder Executivo.....	83
3. Comparação dos modelos de conhecimento administrativo.....	89
3.1 Semelhanças.....	91
3.2 Diferenças.....	92
4. Direito Romano-germânico.....	105
4.1 França.....	105
4.2 Alemanha.....	119
5. <i>Common law</i>	138
5.1 Reino Unido.....	138
5.2 Estados Unidos.....	150
6. Conclusões.....	162
Bibliografia.....	163

IV**DIREITO ADMINISTRATIVO: EXPANSÃO, CENTRALISMO
E GLOBALISMO – AS PISTAS DADAS PELO DIREITO COMPARADO 173***Rafael Arruda Oliveira*

Introdução.....	173
1. Prolegômenos de direito comparado: qual a sua razão de ser?.....	175
2. Direito Administrativo em mais de 200 anos.....	182
2.1 A influência europeia.....	188
2.2 A influência estadunidense.....	191
2.3 Arremates parciais.....	192
3. Expansão, centralismo e globalismo: o transadministrativismo.....	194
4. Considerações finais.....	211
5. Referências bibliográficas.....	211

V**OS ESTADOS IMPACTADOS PELO COLONIALISMO
E OS CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA 215***Sophia Guimarães*

Introdução.....	215
1. As pretensões do Império criam uma estrutura de dominação.....	216
1.1 O cotejo entre as estratégias de dominação da Espanha e da Grã-Bretanha.....	217
1.2 A comparação entre a colonização britânica e a francesa, quando coexistiram em territórios fronteiriços.....	222
2. O início do aparelhamento burocrático molda-se à gestão colonial.....	226
2.1 A estrutura administrativa implementada pela Coroa Britânica deu os contornos particulares ao momento fundacional da burocracia..	228
3. As escolhas do Império influenciam a trajetória política pós-independência	234
3.1 O potencial explicativo da dependência da trajetória (" <i>path dependence</i> ").....	236
3.2 A correlação entre o modelo de gestão colonial e a capacidade do Estado contemporâneo em promover o desenvolvimento socioeconômico.....	237

3.2.1	Estudo comparado sobre as variações do Índice de Desenvolvimento Humano.....	241
3.3	A correlação entre a representação dos povos colonizados no aparelho burocrático, o grau de estabilidade “inicial” do Estado, e os regimes de governo pós-independência	249
3.4	A correlação entre a seletividade da instrução formal e a composição moderna da burocracia nacional.....	259
4.	Considerações finais.....	261
5.	Referências.....	261

VI

AS AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NORTE-AMERICANA: ATÉ QUE PONTO É POSSÍVEL LIMITAR O CONTROLE DO PRESIDENTE SOBRE A BUROCRACIA ESTATAL?.....

263

Caio César Alves Ferreira Ramos

Introdução.....	263
1. A implantação das agências reguladoras independentes como instrumentos institucionais destinados a limitar o controle do Presidente dos EUA sobre a burocracia estatal estadunidense	266
2. A consolidação do modelo de agências reguladoras independentes no âmbito da jurisdição constitucional norte-americana	272
2.1 <i>Humphrey's Executor v. United States</i> (1935)	272
2.2 <i>Wiener v. United States</i> (1958)	274
2.3 <i>Morrison v. Olson</i> (1988).....	276
3. A limitação do modelo de agências reguladoras independentes em face das prerrogativas constitucionais do Presidente dos EUA como Chefe do Poder Executivo.....	283
3.1 <i>Free Enterprise Fund v. Public Company Oversight Board</i> (2010)	283
3.2 <i>Seila Law v. Consumer Financial Protection Bureau</i> (2020) e <i>Collins v. Yellen</i> (2021).....	285
3.3 <i>Lucia v. Securities and Exchange Commission</i> (2018).....	287
3.4 <i>United States v. Arthrex, Inc.</i> (2021).....	289
4. Conclusão	293
5. Bibliografia.....	295

VII**MODELOS REGULATÓRIOS: COMPARATIVO ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL E OS QUANGOS NA INGLATERRA..... 299***Isabella Tanuy Gonçalves*

Introdução.....	299
1. <i>Quangos</i> na Inglaterra.....	300
1.1 Origem do termo.....	300
1.2 Conceito.....	301
1.3 Histórico e origem.....	303
1.4 Estrutura institucional.....	305
1.5 Principais críticas e medidas recentes.....	306
2. Agências reguladoras brasileiras.....	307
2.1 Origem e histórico.....	307
2.2. Regime jurídico e competências.....	308
3. Análise comparativa.....	311
4. Conclusão.....	315
5. Referências bibliográficas.....	316

VIII**AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES NA “EUROPA LATINA” 319***Paulo André Espírito Santo*

Introdução.....	319
1. Autoridades administrativas independentes na denominada “Europa Latina”.....	321
1.1 França.....	323
1.2 Itália.....	330
1.3 Portugal.....	337
1.4 Espanha.....	341
2. Algumas comparações com as autoridades administrativas independentes brasileiras.....	345
3. Conclusão.....	350
4. Referências.....	352

IX**OS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO COMPARADO E AS PERSPECTIVAS PARA O MODELO BRASILEIRO 357***Gustavo Binenbojm e Renato Toledo Cabral Junior*

Introdução: os contratos como instrumentos de atuação da Administração Pública no Brasil e no mundo.....	358
1. O modelo francês dos <i>contrats administratifs</i>	359
2. O modelo inglês e a aposta no direito privado.....	370
3. O modelo alemão: da negação do contrato no direito público ao <i>öffentlich-rechtlicher Vertrag</i>	374
4. Perspectivas brasileiras à luz do direito comparado.....	378
4.1 O modelo francês como arquétipo para os contratos administrativos brasileiros.....	378
4.2 O modelo inglês e a busca por equilíbrio nos contratos administrativos brasileiros.....	381
4.3 Influências do modelo alemão e os novos paradigmas da contratualidade administrativa.....	385
5. Conclusões.....	388
6. Referências.....	389

X**EXORBITÂNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE COMPARADA E SOB A ÓTICA DA TEORIA DA INCOMPLETUDE CONTRATUAL..... 393***Lucas Martins Magalhães da Rocha*

Introdução.....	393
1. Delimitação do conceito de exorbitância nos contratos administrativos para fins deste artigo.....	395
2. Breves notas sobre o método de análise comparada.....	396
3. Exorbitância nos sistemas romano-germânicos e <i>common law</i>	397
4. Exorbitância, imperatividade e pragmatismo.....	406
5. A questão sob a ótica da teoria da incompletude contratual.....	410
6. Conclusões.....	413
7. Bibliografia.....	414

XI**SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO COMPARADO, AS PENDULARES INFLUÊNCIAS SOBRE O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO SETOR PORTUÁRIO 415*****Daniel Bento***

Introdução: direito comparado e método	416
1. Objeto de comparação: modelos de ordenação de atividades econômicas lato sensu de relevante interesse coletivo.....	419
1.1 O serviço público francês	420
1.2 Concepção norte-americana de <i>public utilities</i>	424
1.3 Noção alemã de <i>Daseinsvorsorge</i>	428
1.4 Serviços de interesse econômico geral na União Europeia	434
2. Tendente relativização das diferenças entre os modelos comparados.....	439
3. Pendulares influências externas no Brasil em distintos momentos históricos.....	450
4. O exemplo da regulação dos portos	457
5. Conclusão	468
6. Referências bibliográficas	471

XII**PARTICIPAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PAÍSES SULAMERICANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ARGENTINA, COLÔMBIA, PERU E EQUADOR 475*****Marcella Simões Penello Meirelles***

Introdução	475
1. Participação administrativa no Brasil: audiências e consultas públicas e outras formas de participação.....	479
2. O caso argentino: um tratamento padronizado para o Poder Executivo Federal.....	482
3. O caso colombiano: a participação como poder-dever constitucional	490
4. O caso peruano: a obrigatoriedade legal de audiências públicas em temas amplos.....	498
5. O caso equatoriano: a participação administrativa em uma Constituição do século XXI.....	504

6. Considerações finais.....	506
7. Referências bibliográficas.....	507

XIII

OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS NOS ESTADOS CONTEMPORÂNEOS: APROXIMAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA JUDICIAL E JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	509
---	------------

Felipe Salathé

Introdução.....	509
1. Os “tipos ideais” de justiça judicial e justiça administrativa	512
2. A mitigação das fronteiras entre os modelos de jurisdição una e dual.....	516
2.1 Variações de classificação a depender do ponto de vista.....	516
2.2 Aproximação entre os sistemas de justiça judicial e justiça adminis- trativa.....	518
3. Aproveitamentos das reflexões para o caso brasileiro.....	526
4. Conclusões	529
5. Bibliografia.....	530

XIV

UM ESTUDO COMPARADO DA NORMALIZAÇÃO	535
--	------------

Youssef Yunes Borges Pires

Introdução.....	535
1. O objeto jurídico comparado: sistemas de normalização	537
1.1 Normalização e seus aspectos gerais	537
1.2 O paradigma: Sistema Brasileiro de Normalização.....	540
2. Comparatística.....	545
2.1 Reino Unido.....	545
2.2 Estados Unidos	548
2.3 França	550
2.4 Espanha	557
3. Conclusão.....	559
4. Referências.....	560

XV

O USO DE ALGORITMOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS: PERSPECTIVAS LEGISLATIVAS NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA 563

Hellen Ferreira Divan

Introdução.....	563
1. Algoritmos e inteligência artificial na mira	566
1.1 Conceito e funcionalidade.....	566
1.2 Como se relacionam com <i>big data</i> , <i>machine learning</i> e <i>deep learning</i> ?.....	569
2. Algoritmos e inteligência artificial no controle.....	570
2.1 Inteligência humana versus inteligência artificial.....	571
2.2 Dimensões de juridicidade das decisões administrativas apoiadas em algoritmos.....	574
2.2.1 Motivação dos atos administrativos algorítmicos	575
2.2.2 Transparência e explicabilidade <i>versus</i> opacidade algorítmica...	577
2.2.3 Impessoalidade e igualdade <i>versus</i> vieses algorítmicos ilícitos...	582
3. Perspectivas legislativas no Brasil e na União Europeia	584
3.1 <i>EU Artificial Intelligence Act (AI Act)</i>	585
3.2 Projeto de Lei no Brasil.....	587
4. Conclusão	589
5. Referências	590